



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III**

**CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

JOSECARLA DA COSTA SOUSA

**GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR A PARTIR DOS
ESTUDANTES DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA / CAMPUS III**

**GUARABIRA
2022**

JOSECARLA DA COSTA SOUSA

**GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR A PARTIR DOS
ESTUDANTES DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA / CAMPUS III**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, campus Guarabira, com a finalidade de obtenção do título de Graduada no referido curso.

Área de concentração: Geografia, Educação e Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dra. Angélica Mara de Lima Dias

**GUARABIRA
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S725g Sousa, Josecarla da Costa.
Geografia e educação inclusiva [manuscrito] : um olhar a partir dos estudantes de licenciatura da Universidade Estadual da Paraíba/Campus III / Josecarla da Costa Sousa. - 2022.
47 p. : il. colorido.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2022.
"Orientação : Profa. Dra. Angélica Mara de Lima Dias , Coordenação do Curso de Geografia - CH."
1. Ensino de Geografia. 2. Educação Inclusiva. 3. Formação Docente. I. Título

21. ed. CDD 370.71

JOSECARLA DA COSTA

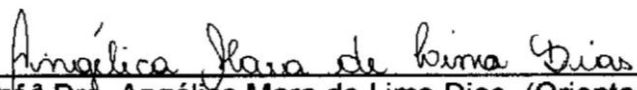
**GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR A PARTIR DOS
ESTUDANTES DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA
PARAÍBA / CAMPUS III**

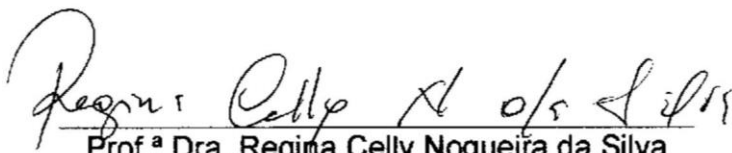
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura
Plena em Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba, campus
Guarabira, com a finalidade de
obtenção do título de Graduada no
referido curso.

Área de concentração: Geografia,
Educação e Cidadania.

Aprovada em: 06/12/2022.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra. Angélica Mara de Lima Dias. (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Dra. Regina Celly Nogueira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Rafael Pereira da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus por me manter de pé mesmo em meio às adversidades. Dedico-me pelo esforço e pela força de vontade que tive durante toda a trajetória acadêmica. Dedico aos meus pais e irmãos por vibrarem comigo a conquista de ser a primeira pessoa com curso superior na família e ao meu esposo por seu companheirismo e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a Deus pela vida, pela saúde e por me permitir vivenciar esse momento com tamanha alegria, Ele sabe o quanto esperei e lutei para que chegasse esse momento. A Bíblia no livro de Eclesiastes 3.1-4 diz que: “Tudo tem seu tempo determinado, e há tempo pra todo propósito debaixo do céu. Tempo de plantar, e tempo de colher o que se plantou.” Chegou o dia da minha colheita na certeza de que não há nada melhor do que decidir viver tudo no tempo de Deus. Que este seja apenas o início.

Ao meu pai Antônio Carlos, à minha mãe Clemilda e aos meus irmãos Jarbelly e José Antônio por me acompanharem durante essa trajetória.

Ao meu esposo Jeremias por me encorajar, me apoiar e torcer sempre por mim.

A professora Angélica por todo apoio, disponibilidade e pelas leituras sugeridas durante esse período de orientação.

Aos Membros da Banca Examinadora e todos os funcionários da UEPB. Ao professor Carlos Belarmino (*in memoriam*) por todas as vezes que me incentivou e conversou comigo sobre o curso. Aos professores do Curso de Licenciatura da UEPB, em especial, José Mácio Ramalho, Juliana Nóbrega, Leandro Paiva, Ivanildo Costa e Maria Aletheia, que contribuíram ao longo do curso não só na construção de conhecimento, mas também me ajudaram com palavras de apoio, coragem e perseverança.

Aos colegas de classe pelos momentos partilhados com leveza, amizade e apoio. Desejo que todos tenham um futuro brilhante.

E a todos que fazem parte dessa conquista. Gratidão.

“A semente já é árvore, mas em potencial. Terá de passar pelo processo de superar todos as adversidades de seu espaço para finalmente chegar a ser o que já era em potencial. Será necessário crescer, lutar para alcançar tudo o que já é, mas em potencial.”

(Pe. Fábio de Melo)

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1: A escola pode ser um ambiente de ensino acolhedor?.....	32
Gráfico 2: Você já assistiu alguma aula ou outra atividade sobre a educação especial e inclusiva no decorrer do curso?	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

DCN – Diretrizes Nacionais Curriculares

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

CH – Centro de Humanidades

LISTA DE SÍMBOLOS

% - Porcentagem

043. LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

SOUSA, Josecarla da Costa. **GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR A PARTIR DOS ESTUDANTES DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA / CAMPUS III.** (Trabalho de Conclusão de Curso, Geografia, Centro de Humanidades/UEPB), 2022, 47p.

LINHA DE PESQUISA: GEOGRAFIA, EDUCAÇÃO E PESQUISA

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Angélica Mara de Lima Dias

BANCA EXAMINADORA: Prof.^a Dra. Regina Celly Nogueira da Silva

Prof. Dr. Rafael Pereira da Silva

RESUMO

Não podemos pensar na educação e no ensino de Geografia como algo distante a ideia de inclusão, mesmo que a inclusão seja algo que ainda esteja em construção e em fase de aprimoramento. (SILVA, 2020). Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa é analisar a importância do ensino de Geografia na perspectiva da inclusão escolar. Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente foi realizada uma discussão acerca do contexto histórico da educação inclusiva nas escolas brasileiras, retratando o processo de inclusão escolar no Brasil a partir dos anos de 1990 até os dias atuais, identificando o progresso e a evolução da inclusão escolar no Brasil. No ensino de Geografia atualmente se faz necessário repensar métodos e práticas pedagógicas inclusivas, visando um ambiente de ensino mais acolhedor para o aluno, pois o pensamento geográfico propicia para o discente não apenas a noção de espaço, de mundo, lugar ou território, mas também à reflexão de vivência e de experiência no mundo que o cerca, permitindo um pensamento crítico sobre qualquer assunto que seja. Portanto, a formação docente do estudante de licenciatura, assim como a formação continuada de professores em relação à educação inclusiva é algo indispensável para que as práticas pedagógicas sejam realmente aplicadas e bem sucedidas em sala de aula. A metodologia aplicada nesta pesquisa foi a qualitativa, com a elaboração de questionários e entrevistas com um roteiro preestabelecido com os estudantes de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III, com o objetivo de refletir sobre a visão dos licenciandos sobre a educação inclusiva. Foram utilizados como referencial teórico as principais ideias de autores como: Mantoan (2011), Callai (2005), Almeida (2009), Silva (2020), dentre outros. Conclui-se que os cursos de licenciatura e a formação de professores, deveriam trabalhar com a educação inclusiva de forma efetiva desde o início da licenciatura, analisando formas didáticas e pedagógicas que podem ser levadas não somente para suas respectivas salas de aula, enquanto futuros professores, mas levadas também como experiência para as suas vidas enquanto seres humanos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Educação Inclusiva. Formação Docente.

ABSTRACT

We cannot think of education and teaching of Geography as something far from the idea of inclusion, even if inclusion is something that is still under construction and in the process of being improved. (SILVA, 2020). In this perspective, the objective of this research is to analyze the importance of teaching Geography in the perspective of school inclusion. For the development of the research, a discussion was initially held about the historical context of inclusive education in Brazilian schools, portraying the process of school inclusion in Brazil from the 1990s to the present day, identifying the progress and evolution of school inclusion in Brazil. In the teaching of Geography, it is currently necessary to rethink inclusive pedagogical methods and practices, aiming at a more welcoming teaching environment for the student, since geographical thinking provides students with not only the notion of space, world, place or territory, but also to the reflection of life and experience in the world that surrounds him, allowing critical thinking on any subject. Therefore, teacher training for undergraduate students, as well as continuing teacher training in relation to inclusive education, is indispensable for pedagogical practices to be truly applied and successful in the classroom. The methodology applied in this research was qualitative, with the elaboration of questionnaires and interviews with a pre-established script with the undergraduate students in Geography at the State University of Paraíba (UEPB), Campus III, with the objective of reflecting on the view of the undergraduates about inclusive education. The main ideas of authors such as: Mantoan (2011), Callai (2005), Almeida (2009), Silva (2020), among others, were used as a theoretical framework. It is concluded that the degree courses and teacher training should work with inclusive education effectively from the beginning of the degree, analyzing didactic and pedagogical forms that can be taken not only to their respective classrooms, as future teachers, but also taken as an experience for their lives as human beings.

Keywords: Geography Teaching. Inclusive education. Teacher Training.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1	A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	14
2.2	O ENSINO DE GEOGRAFIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	22
2.3	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS GEOGRÁFICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	25
3	METODOLOGIA.....	29
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
4.1	ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS ...	31
4.2	ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DE ENTREVISTAS	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICE A - PERGUNTAS PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS ..	45
	APÊNDICE B - ROTEIRO PREDEFINIDO PARA ENTREVISTAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

Atualmente em todo o mundo há um aumento progressivo de pessoas com algum tipo de necessidade especial no Brasil e que evidentemente necessitam de apoio nas escolas. Ao decorrer do tempo, houveram diversas lutas para que estes fossem inseridos na sociedade e tivessem seus direitos garantidos. Neste sentido, o cenário atual no Brasil é marcado por diversas lutas e transformações sociais que beneficiaram inúmeros grupos sociais diferentes, ocasionando a melhoria de vida e a inserção social desses grupos, além de garantir seus direitos enquanto cidadão, a partir dos anos 1980. (RAMOS; MARTINS, 2017).

Nos dias atuais, é perceptível a crescente demanda da inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas, por este motivo, é fundamental que os currículos de formação de professores estejam pautados para atender este público. “Um dos principais desafios para a educação inclusiva diz respeito a formação e a prática docente, que muitas vezes não condizem com a demanda e a necessidade desta modalidade de ensino”. (SAMPAIO; SAMPAIO; ALMEIDA, 2020, p. 211).

Possibilitar o acesso ao conhecimento e a permanência das pessoas com algum tipo de necessidade é indispensável na sociedade dos dias atuais. Assim, a inclusão de todas as pessoas, sejam estas com ou sem algum tipo de necessidade especial, possibilita a quebra de barreiras em relação às desigualdades, sejam elas sociais, econômicas e/ou políticas, podendo assim alcançar a igualdade na possibilidade da construção de um futuro melhor. Nesta perspectiva, a inclusão caracteriza-se como uma forma de romper estas desigualdades que estão enraizadas em nossa sociedade, pois todos os indivíduos têm capacidades para desenvolver seu potencial cognitivo. (MENDES, 2014).

O âmbito educacional atualmente se depara com diversos desafios, contudo, vale salientar que mesmo com estas várias adversidades, trabalhar com Educação Inclusiva não deve ser encarado como um problema ou como uma barreira intransponível, se faz necessário buscar as potencialidades desta modalidade de ensino, assim como dos discentes, acolher e enxergá-los sem algum tipo de rótulo. (SAMPAIO; SAMPAIO; ALMEIDA, 2020).

Em relação ao ensino de Geografia que vise e contemple a diversidade,

Mendes (2014, p. 4) identifica que “os alunos com algum tipo de necessidade especial, têm uma percepção geográfica de mundo diferente, mas não deixam, contudo, de apresentar uma percepção geográfica de sua realidade de existência.” Neste sentido, fica evidente que cada pessoa possui uma leitura individual de mundo e da sociedade, e as pessoas com necessidades especiais não são diferentes, elas também percebem e possui uma leitura de mundo diferente dos outros. Esse autor conclui afirmando que “cabe à Geografia escolar ajudar na transposição didática do ensino, onde diversas atividades devem ser propostas e adaptadas às suas necessidades.” (MENDES, 2014, p.5).

O objetivo principal desta pesquisa é o de analisar a importância do ensino de Geografia na perspectiva da inclusão escolar, vale enfatizar que, em pleno século XXI o currículo estudantil precise ser alterado de forma significativa, para que proponha conteúdos teóricos sobre o tema e que possa unir à atividades que preparem estudantes para essa realidade docente, que haja formação continuada para os docentes sobre ensino e metodologias inclusivas para que o processo de inclusão realmente ocorra dentro das salas de aulas e para que não seja algo superficial.

Perceber isso enquanto fazia o curso de licenciatura me fez refletir o quanto ainda precisamos falar sobre o assunto não só em trabalhos de pesquisa, mas no nosso cotidiano, para nossos professores, alunos, família, etc. portanto, o objetivo dessa pesquisa não é somente trazer à tona um assunto que por muitas vezes é esquecido, mas sim, fazer com que outras pessoas reflitam sobre isso também.

Assim, a formação de professores precisa preparar os discentes para uma educação inclusiva e trabalhar essas questões desde os primeiros anos do curso de licenciatura, não permitir que esse assunto seja tratado apenas nos anos finais com uma ou duas disciplinas que contemple a educação especial. Portanto, esse trabalho tem como objetivo trazer uma reflexão da experiência e da percepção dos estudantes do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH) sobre o ensino de geografia e a educação inclusiva.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, serão apresentados alguns conceitos e uma retrospectiva em relação a educação inclusiva nas escolas do Brasil, ao qual se iniciaram a partir dos anos de 1990. Posteriormente, a pesquisa trará uma reflexão acerca da perspectiva do ensino de Geografia e a sua contribuição para a educação inclusiva. Por fim, serão discutidas algumas práticas pedagógicas no ensino de Geografia voltadas para a educação inclusiva.

2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Neste tópico discutimos o contexto histórico da educação inclusiva nas escolas brasileiras retratando o processo de inclusão escolar no Brasil desde 1990 correlacionando com as práticas e os desafios de inclusão nos dias atuais. Assim, pretendemos expor a importância da escola inclusiva para o desenvolvimento intelectual de todos que a compõem, destacando os aspectos legais que regem o sistema de ensino brasileiro no que diz respeito à educação especial.

Antes de tudo, devemos ter em mente que o processo inclusivo não se diz respeito apenas as pessoas com necessidades especiais, com isso, a inclusão escolar não se limita só a quem possui algum tipo de deficiência física ou mental. De acordo com Santiago e Alves (2019, p. 685):

A inclusão escolar, além de ser um direito garantido por lei, deve ser democrática, tendo como premissa básica a promoção da igualdade de oportunidades e de direitos para todos (negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência física, sensorial, mental, altas habilidades, entre outros), sem exceções.

Almeida (2009, p. 5) corrobora com esse pensamento afirmando que:

Assim, entende-se que além das pessoas com deficiência, o cigano, o homossexual, o índio, o judeu, o negro etc., isto é, todo aquele que compõe as minorias e/ou o grupo marginalizados (socialmente desfavorecidos e/ou minorias), constituir-se-ão com base na

premissa inclusiva, o seu público alvo: alunos com necessidades educacionais especiais, pois em algum momento do processo de ensino e aprendizagem, o sujeito independentemente de sexo, de idade, de opção religiosa, de origem étnica, de orientação sexual e/ou de deficiência precisará provisoriamente ou por tempo definitivo de uma atenção maior, que o coloca na condição de especial com base na subjetividade/individualidade, além dos casos tradicionais de dificuldade de aprendizagem.

Mas o processo inclusivo nem sempre teve seu lugar na sociedade, nem tão pouco esse conhecimento acerca do que realmente seja, tudo o que já foi conseguido, foi fruto de muita pesquisa e trabalho árduo dos que se preocupam com o processo inclusivo. Atualmente, notamos uma preocupação sobre a perspectiva de inclusão na sociedade e nas escolas devido a força que esse assunto vem ganhando no sistema educacional. Silva (2020, p. 2) explica:

Tal perspectiva enxerga a inclusão não apenas como uma participação mecânico-funcional na sociedade, mas sobretudo como a criação de possibilidades para uma participação efetiva, permanente e autônoma na vida social urbana-metropolitana, relacionada à condição de cidadania e de valorização do papel coletivo que cada indivíduo possa ter na sociedade, ratificando e valorizando suas diferenças.

Contudo, é necessário fazermos uma breve reflexão sobre as conquistas inclusivas no contexto histórico brasileiro. Mantoan (2011, p. 2-3) afirma que a história da educação de pessoas com necessidades especiais no Brasil está dividida em três grandes períodos a saber:

[...] de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado;
de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional;
de 1993 [...] – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.

Ao longo dos últimos anos, a pesar de alguns retrocessos em relação a seguridade dos direitos sociais, assim como os constantes ataques as instituições e políticas de ensino, o Brasil, nos dias atuais vem progredindo na busca de uma sociedade inclusiva de respeito e reconhecimento das diversidades do próximo. Entendemos como um desafio tratar da inserção das pessoas com necessidade especiais no sistema de ensino brasileiro devido a falta de preparo das escolas e docentes para lidar com a inclusão desses grupos. Almeida (2009, p. 3) destaca

sobre Educação Especial:

Toda criança com deficiência é também uma pessoa com necessidades educacionais especiais, mas esta nem sempre é uma pessoa com deficiência, isto é, as necessidades educacionais especiais envolvem as deficiências (seja ela de origem física, intelectual, sensorial ou múltipla), porém não se restringe a ela; e ainda, podendo ser de caráter definitivo ou temporário, assim como acontece com os indivíduos em situação de dificuldade de aprendizagem. Vale a ressalva, que além das pessoas com deficiência, também é público-alvo da Educação Especial, os superdotados (altas habilidades) e aqueles com dificuldades de aprendizagem (como, por exemplo, os disléxicos, entre outros).

Na década de 1990, em Jomtien, Tailândia, houve a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, que previa satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e mostrava para o mundo o quão importante seria o fim das desigualdades no âmbito educacional, ressaltando que a educação e a permanência na escola é um direito fundamental de todos. Após essa conferência, veio a *Declaração de Salamanca* que tratava dos princípios, políticas e práticas a respeito das necessidades da educação especial. A *Declaração de Salamanca* (1994, p. 01) proclama que:

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem [...] sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades.

A *Conferência na Tailândia* e a *Declaração de Salamanca* fizeram com que os assuntos inclusivos ganhassem uma força maior pelo mundo e influenciou o Brasil na elaboração de uma política que visasse a integração de pessoas com necessidades especiais não só na rede regular de ensino, mas também na comunidade. Além disso, é importante ressaltar que após essa época houve um crescimento no número de matrículas dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino.

Em 1996 a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB nº 9.394

destaca normas para a educação escolar brasileira que tem por finalidade o desenvolvimento do educando, foi estabelecida a *Política Nacional para a Educação Especial* na LDB, em seguida, leis e resoluções passaram a ser implementadas tanto pelo MEC quanto pelo Ministério Público Federal, sendo considerados avanços nas questões inclusivas brasileiras por evidenciar direitos de acesso e permanência na escola. A Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, define por educação especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996, p. 19).

Sobre a formação de professores o Art. 59 da Lei aponta que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996, p. 19).

O professor possui um papel importante nesse processo de integralização e inclusão dos educandos, mas para isso, é preciso que ele esteja preparado para trabalhar com a realidade da educação especial e inclusiva, assim como todos que trabalham na gestão escolar. Moraes e Oliveira (2017, p. 146) concluem esse pensamento afirmando:

A formação do professor tem que ser um processo constante, que vai além da sua prática com os educandos. Ele deve ter um trabalho interdisciplinar através de outros profissionais, dando apoio necessário para que o processo educacional aconteça de modo satisfatório. No entanto, é importante que haja uma valorização não somente do professor, mas também do saber de todos os profissionais da área educacional no processo de inclusão, afinal de contas, a questão não se limita à inclusão de

um ou dois educandos, e sim, a todos aqueles que dela precisam.

A escola não somente contribui para o desenvolvimento intelectual de cada ser, mas contribui também de forma ativa e evidente para a construção de uma identidade pessoal. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (2001) a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino juntamente com a importância atribuída ao respeito e diversidade dos mesmos, contribui para o desenvolvimento do potencial desses educandos. Sobre a política de inclusão podemos afirmar que:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (BRASIL, 2001, p. 28).

A *Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência* nº 13.146 de 2015 designa “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com necessidades especiais, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015, [n.p]). Segundo esta:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, [n.p]).

Com isso, percebe-se que os direitos de permanência física da pessoa com necessidades especiais estão assegurados e que constituem essa diversidade no contexto escolar e em meio à sociedade.

De acordo o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e institui que

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. (BRASIL, 2008, [n.p]).

Além disto, o decreto ainda previa apoio técnico e financeiro as instituições que ofertassem atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades especiais. Ademais, instituí ainda a “implantação de salas de recursos multifuncionais, formação continuada de professores e gestores e adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade.” (MASCARO, 2013, p. 45).

As salas de AEE foi uma conquista necessária para o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com necessidades especiais, pois estas dispõe de recursos multifuncionais, didáticos e pedagógicos no qual se adequa a necessidade do aluno, facilitando o seu desenvolvimento escolar.

Mas, o processo inclusivo não diz respeito apenas aos direitos de permanência escolar regidos em Lei e sim na mudança de hábitos da escola e da comunidade, inserindo o educando em todas as atividades e não olhando para o mesmo como alguém incapaz de desenvolvê-las. Tudo isso demanda recursos didáticos, formação especializada, mudança de hábitos e o pensamento de que a inclusão é a base para o desenvolvimento desses alunos.

Sabemos que há falta de recursos didáticos e falhas no processo de formação continuada dos docentes para lidar com a inclusão em sala de aula, é possível imaginar como isso fica com a falta de estrutura física nas escolas para

atender as demandas dos alunos com deficiência. Se há problemas para os alunos não portadores de deficiência, os problemas para os alunos com algum tipo de necessidade especial (seja ela física, comportamental ou emocional) podem ser mais numerosos. É preciso levar em consideração o despreparo dos professores para lidar com essa realidade que assola as escolas brasileiras, mas também precisamos levar em consideração um déficit no investimento e nas políticas públicas voltadas para integração e inclusão desses alunos em atividades escolares.

Alves (2014, p. 29) corrobora com esse pensamento afirmando que:

As políticas públicas avançam na perspectiva de melhora lentamente, pois quando se trata de educação as mudanças são frutos de anos de variação de metodologias, sistemas de ensino, didáticas e pensamentos pedagógicos diferenciados. A educação apresenta-se como o primeiro estágio para a inclusão, é por isso que

devemos buscar e requerer as melhorias dentro das instituições. [...] Os sistemas educacionais inclusivos através de projetos e atividades levam aos alunos portadores de necessidades especiais não só a integração com o meio à sociedade considerada normal, mas fortalecem os valores individuais de cada ser.

Entende-se que é um desafio complexo compreender como funciona o processo de inclusão, pois se trata de identificar e perceber a necessidade do outro e essa diversidade no contexto escolar. Moraes e Oliveira (2017, p. 145) aponta que para o processo de inclusão acontecer no espaço escolar, é preciso que todos na escola estejam engajados, não se trata de uma tarefa fácil incluir pessoas que já são desfavorecidas e excluídas pela sociedade. Segundo Alves (2014, p. 30):

Falar de educação inclusiva é garantir às pessoas com deficiência o acesso a um direito humano comum e fundamental. [...] Devemos então, buscar sistemas mais simplificadores que excluam a concorrência entre os alunos que se apresentam como prejudiciais e desconsideram as possíveis melhorias no próprio sistema educacional para a evolução do processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais.

Há uma diversidade de etnia, de religião, de idade, de cultura familiar, etc.

a inclusão se dá nela como um todo, não pensando apenas em um grupo específico. “Dessa forma não é o aluno que se amolda ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo.” (BRASIL, 2001, p. 29).

Para a efetivação do processo de educação e para que esta seja de forma igualitária é importante a ação da escola, mas também se faz necessária a participação dos pais, essa parceria entre família e escola dentro do Projeto Político Pedagógico (PPP) flui positivamente para que haja um avanço no processo de ensino e aprendizagem desses alunos que necessitam de atendimento especializado, mas sobretudo, auxilia para que se sintam acolhidos. Nesse sentido, as classes de Atendimento Educacional Especializado, que está previsto em Lei como direito do aluno com deficiência, desempenham um papel importante e garante esse apoio.

Moraes e Oliveira (2017, p. 148) apontam que:

Para que o processo de inclusão escolar aconteça satisfatoriamente, deve-se começar pela própria família, lutando para que os seus direitos políticos sejam respeitados e se tornem realidade. Pais que apresentam um pensamento negativo sobre a inclusão escolar e por isso não levam os seus filhos com essas necessidades para as escolas regulares, muitas vezes achando melhor deixá-los nas escolas que só fazem o atendimento especializado, estão contribuindo para que a inclusão escolar tenha a sua viabilidade social emperrada.

Além disso, é importante destacar que uma formulação do currículo nacional no que se diz respeito ao preparo do estudante do curso de licenciatura para essas realidades inclusivas das escolas seria de total importância para a evolução da educação especial e inclusiva nas escolas e no sistema brasileiro de ensino, mas também, é necessário que haja um processo de formação continuada para os docentes que já estão lecionando e lidam, ou pelo menos tentam lidar, com essa realidade diariamente. Muitos avanços já foram conquistados no decorrer dos anos, mas ainda há muito caminho para percorrer, e juntos, conseguiremos.

2.2 O ENSINO DE GEOGRAFIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Geografia não se define em apenas um conceito específico, ela nos remete a conceitos fundantes, como espaço, território, região, lugar e paisagem, mas também nos remete à reflexão de vivência, de experiência e nos permite um pensamento crítico sobre qualquer que seja o assunto. É possível perceber que há uma ligação entre ciência e disciplina escolar, portanto, se faz necessário termos em mente que a Geografia acadêmica e a Geografia escolar podem auxiliar na inclusão de pessoas com necessidades especiais por se tratar de uma área de conhecimento muito dinâmica.

Encontra-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais a Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na modalidade da Educação Especial. Estas diretrizes operacionais evidenciam que é necessário recursos didáticos e pedagógicos para auxílio no desenvolvimento de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação/altas habilidades. Evidenciando que a educação especial deve ocorrer em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Como podemos ver nos artigos 1º, 2º e 3º a seguir:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do

processo educacional. (BRASIL, 2009, p. 17).

Como vimos anteriormente, as DCN asseguram que alunos especiais sejam matriculados em salas de atendimento especializado, onde estarão sendo trabalhados recursos didáticos e pedagógicos que os auxiliem no processo de ensino-aprendizagem através de equipamentos e materiais pensados e produzidos para cada realidade e deficiência.

É possível fazermos um questionamento de como a Geografia pode estar incluída nesse processo, mas através dela, é possível compreender o mundo em que se vive, construir sua própria identidade e raciocínio geográfico, ter noção sobre espacialidade etc. tudo isso atrelado aos atendimentos especializados, ao uso de equipamentos e materiais didáticos contribuirão de forma direta para o desenvolvimento desses alunos. Vejamos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) evidencia que:

Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. [...] O pensamento espacial está associado ao desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte e Literatura). Essa interação visa à resolução de problemas que envolvem mudanças de escala, orientação e direção de objetos localizados na superfície terrestre, efeitos de distância, relações hierárquicas, tendências à centralização e à dispersão, efeitos da proximidade e vizinhança etc. (BRASIL, 2018, p. 359).

Vale salientar que para todo esse processo de conhecimento e inclusão acontecer, é importante o preparo e interesse de todo o corpo docente, pois a educação inclusiva propõe o respeito às diferenças e desigualdades, bem como, evidencia uma luta contra o preconceito. Silva (2020, p. 2) aponta que:

A geografia, pelos fundamentos e princípios pelos quais tenta abordar e tratar a realidade, pode permear variados campos na esfera do que se chama inclusão, como a equidade, a coesão, a

cidadania, a cooperação, autonomia e sobretudo a educação.

A inclusão, principalmente no âmbito educacional, é algo que vem sendo muito discutido pela sociedade e principalmente pelos professores nos últimos anos. De acordo com Silva (2020) não podemos pensar na educação e no ensino de Geografia como algo distante da ideia de inclusão, mesmo que a inclusão seja algo que ainda esteja em construção e em fase de aprimoramento. Analisando toda a trajetória da Geografia como disciplina acadêmica e escolar podemos ver que há muitas mudanças, assim como também há permanências.

Toda a evolução do ensino de Geografia no contexto inclusivo se dá com o passar dos anos e com estudos realizados por pesquisadores da Geografia e profissionais da educação. Contudo, ainda nos deparamos com uma disciplina que possui problemas no processo de ensino e aprendizagem para lidar com a Educação Inclusiva. Como por exemplo, falta de recursos didáticos e de formação continuada.

É importante destacar que o ensino de Geografia vai além dos conteúdos teóricos e científicos que são apresentados aos alunos na sala de aula, é preciso induzir o aluno para um pensamento crítico sobre qualquer que seja o tema, para que assim, ele se torne alguém capaz de ter um discernimento geográfico sobre os problemas globais, até porque, em cada espaço ou meio, teremos uma realidade diferente. Segundo Almeida *et. al.* (2019, p. 14) “Não se está formando geógrafos na escola. Estamos desenvolvendo nos indivíduos uma consciência geográfica e, com isso, condições para o seu pleno desenvolvimento na vida.”

A forma como o educando vê o processo de ensino interfere de certa forma em sua aprendizagem e em seu interesse pela disciplina, quanto mais didática a forma de ensino, mais atrativo se torna para o aluno. Callai (2005, p. 245) destaca que:

Por meio da Geografia, [...] podemos encontrar uma maneira interessante de conhecer o mundo, de nos reconhecemos como cidadãos e de sermos agentes atuantes na construção do espaço em que vivemos.

Contudo, podemos oferecer aos nossos alunos através do ensino de Geografia, possibilidades para a construção de sua cidadania.

2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS GEOGRÁFICAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Existe um desafio a ser enfrentado pela Geografia, assim como para outras disciplinas da grade curricular, para que haja aplicabilidade de uma metodologia que envolva a participação de todos em sala de aula, para isso, é importante que o professor desenvolva uma metodologia que desperte o interesse dos alunos em sala de aula para que dessa forma, possa criar uma consciência geográfica e um pensamento crítico. Evidentemente que, cada escola terá uma realidade diferente, cabe ao corpo docente aplicar um método que desperte esse interesse dos educandos e integralize todos no processo de ensino. Como afirma Alves (2014, p. 38-39):

O grande desafio a ser enfrentado pelas disciplinas curriculares da grade normal do ensino básico brasileiro, para uma maior aplicação dessas atividades de cunho inclusivo de pessoas com necessidades especiais é que as atividades curriculares propostas para a educação inclusiva parecem diferenciar os que necessitam de maior atenção dos demais que geralmente desenvolvem essas atividades com maior facilidade e rapidez [...] Para a geografia essa inclusão das pessoas com necessidades especiais está sendo cada vez mais abordada através de pesquisas e busca por metodologias que permitam aos alunos adquirir as teorias básicas de geografia, surgem então materiais táteis e conteúdos em braille para os cegos, transmissões em áudio com descrição mais detalhada do objeto para os surdos, exercícios de coordenação motora para as pessoas com disfunção mental que afetam a motricidade.

A partir do surgimento dessas metodologias o ensino de Geografia pode ser visto como um ensino mediador na aplicação de exercícios que auxilia na inclusão escolar tanto para a própria disciplina quanto para as demais, criando possibilidades de ensino, de reflexão e de formação. Segundo Ramos e Martins (2017, p. 122):

A geografia é uma ciência e um conhecimento escolar responsável por uma lógica de pensamento que pode tornar o aluno muito mais consciente de suas ações e com grande poder de reflexão. Com isso, abrem-se possibilidades para um pensamento autônomo a partir da internalização do raciocínio geográfico orientando a formação do educando.

Desta forma, é importante que haja essa adoção do pensamento geográfico para orientar a formação do aluno, permitindo criar uma noção social do mundo que está ao seu redor e, conseqüentemente, gerar estímulo para o seu pensamento reflexivo independente. Compreende-se que para tornar o ensino de Geografia algo pertinente e que alcance uma metodologia que atraia o interesse dos educandos é necessário que o professor utilize informações do cotidiano e da realidade do aluno, relacionando com o conteúdo teórico e assim superando o esquema de memorização. Teixeira e Oliveira (2017, p. 32) ressaltam:

O conteúdo estando relacionado com a realidade só será interessante para o aluno aprender se este trazer em si a problematização, esta fará as aulas de geografia superar a memorização levando o aluno a pensar e refletir criticamente, sendo de suma importância perante os desafios enfrentados pela totalidade-mundo gerada através da globalização.

O uso de uma metodologia que se adapte à realidade do aluno também depende dos recursos didáticos disponíveis e da possibilidade de ser trabalhada em sala de aula, por isso se faz importante que não somente o professor tenha essa consciência inclusiva, mas, toda a escola, toda a sociedade. Para isso, trazemos alguns exemplos de recursos didáticos para serem trabalhados com alunos que possuem necessidades especiais, pretendendo alcançar sua compreensão do conteúdo que está sendo trabalhado na sala de aula, deixando evidente que a inclusão desses alunos no cotidiano escolar favorece sua desenvoltura e constrói um ambiente harmônico. Nascimento *et. al.* (2018, p. 22-23) nos auxilia nesses exemplos quando, em experiência, utilizaram materiais didáticos para alunos cegos ou com baixa visão construindo conceitos geográficos e cartográficos com os educandos. Percebe-se que:

Durante o trabalho realizado, utilizamos várias estratégias que possibilitaram tornar o espaço o mais concreto possível, para que aquele segmento estudantil tivesse oportunidades para construir os conceitos geográficos e cartográficos. [...] Entre os conceitos trabalhados, destacamos: espaço, lugar, paisagem, região e território. [...] utilizamos músicas com fonte ampliada para os estudantes com baixa visão e textos escritos em braille para aqueles com cegueira total, além do áudio das referidas músicas e de poesia recitada por poeta popular, acompanhados com debates. [...] Para a construção dos conceitos cartográficos de lateralização, localização, escala, entre outros, usamos

brincadeiras e materiais táteis diversos. Entre os referidos materiais, destacamos: rosa-dos-ventos tátil, mapas e plantas táteis, globo tátil, bem como maquetes e brinquedos modificados para questões de escala, como carros em tamanhos diferentes e casas em miniatura, com teto e sem teto; também cones e cilindros para o trabalho com as projeções cartográficas. (NASCIMENTO *et. al.*, 2018, p. 22-23).

Sobre a utilização dos materiais didáticos Nascimento *et. al.* (2018, p. 23-28) continua:

A utilização dos referidos materiais favoreceu que o espaço representado, próximo ou distante, estivesse palpável àqueles estudantes. A apropriação de tais conhecimentos é necessária para a inclusão destes estudantes em um processo educativo que amplie os seus horizontes espaciais. [...] Dessa forma, os mapas táteis são recursos pedagógicos fundamentais na construção dos conhecimentos geográficos e históricos para os estudantes com deficiência visual e também podem ser utilizados em outras áreas do conhecimento. No entanto, é na Geografia que eles conseguem ser explorados com todas as suas potencialidades.

Além do uso de materiais didáticos que podem ser trabalhados com os alunos que possuem necessidades especiais, é preciso que o professor tenha acesso e condições de desenvolvê-las na sala de aula e que busque informações de como lidar com as necessidades dos seus alunos para que alcance uma efetividade no conteúdo que está sendo trabalhado.

De acordo com Santiago e Alves (2019, p. 693) “Práticas pedagógicas desenvolvidas para alunos de inclusão sempre favorecem na aprendizagem de todos os alunos”. Segundo Silva (2020, p. 4-5): que os recursos didáticos, assim como os conteúdos com os quais podem se relacionar, ganham importância nas atividades de sala de aula, superando barreiras e abrindo novas possibilidades rumo à um ensino de geografia inclusivo, seja para pessoas com deficiência ou não.

Com isso, podemos perceber que a inclusão não acontece apenas com o uso de materiais didáticos, embora sejam necessários, a prática e a participação docente, o professor e o processo avaliativo contribuem diretamente para a efetivação dessa inclusão escolar, superando barreiras e abrindo novas possibilidades como Silva (2020) disse anteriormente.

Alguns procedimentos metodológicos e práticas pedagógicas podem auxiliar o professor no processo de ensino-aprendizagem das pessoas com

deficiência. Inicialmente, de acordo com Machado e Bonfin (2022, p.9) os professores precisam conhecer as características e a individualidade de cada aluno, para assim poder criar atividades que possam ser realizadas por todas as crianças, de forma coletiva e individual. Neste sentido, o professor irá trabalhar a coletividade, evitando que nenhum aluno fique excluído do processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, a prática e metodologia de ensino utilizada em turmas com alunos deficientes, influencia diretamente no aprendizado e desenvolvimento dos alunos.

A utilização das tecnologias pode ser ainda um facilitador neste processo de aprendizagem de pessoas com necessidades especiais. “Um dos mecanismos necessários para a remoção de barreiras existentes na vida da pessoa com deficiência é a utilização de recursos de Tecnologia Assistiva em qualquer faixa etária e em qualquer situação do cotidiano.” (ABREU, 2019, p. 9).

“Tecnologia Assistiva é uma área” do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2009, p.13).

Assim, com a utilização dessas tecnologias, contribuem para que os alunos com necessidade especiais adquiram autonomia, independência para realização de atividades dentro e fora da escola. Contudo, é necessário que a escola se adapte as necessidades de seus alunos, assim como é fundamental profissionais especializados e capacitados para a utilização destes recursos pedagógicos. (ABREU, 2019).

3 METODOLOGIA

A pesquisa exploratória “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” (GIL, 2002, p. 41). Através dela, houve um entendimento maior sobre o tema, o objetivo de sua utilização foi o de levantar informações sobre o ensino inclusivo, visando ampliar e proporcionar um suporte maior na construção desse trabalho. Oliveira e Barbosa (2006, p. 5) ressaltam que:

As pesquisas exploratórias focam na maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Essas pesquisas têm como principal objetivo o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições, novas idéias. As pesquisas exploratórias são extremamente flexíveis, de modo que quaisquer aspectos relativos ao fato estudado têm importância. Grande parte das pesquisas do tipo envolve levantamento bibliográfico, documental e entrevistas ou questionários com pessoas que tiveram alguma experiência com o problema.

Para chegarmos a esta conclusão e a análise de todos os dados, se fez necessário o uso da pesquisa qualitativa, com a elaboração de questionários e entrevistas com um roteiro pré-estabelecido que nos permitiram ter uma clareza da visão de outros alunos, que pensam ou passam pelo mesmo, no que diz respeito ao ensino inclusivo de geografia em suas respectivas realidades, sobretudo, no Campus III.

Sobre o método qualitativo na Geografia, Neves (2018, p. 11) destaca:

A investigação geográfica passou a requerer a diversificação dos instrumentos/procedimentos metodológicos usados para dar conta das representações sobre o espaço vivido que mediam a ação e a vida do homem. Assim, foi preciso se aproximar e dialogar com outras as ciências sociais: a sociologia, a ciência política, a antropologia, entre outras, adotando e adaptando instrumentos/técnicas já consagrados que integram métodos qualitativos: entrevistas semiestruturadas, análise do discurso, além de outros mais recorrentes na história da ciência geográfica, como as fotografias, os mapas mentais, a observação direta, etc.

Para coleta de dados foi elaborado um questionário utilizando a plataforma *Google Forms*, com o objetivo de ter mais conhecimento sobre o que outros alunos

do curso de Geografia da UEPB/campus III pensavam. Neste questionário, obtivemos respostas de 10 (dez) estudantes que estavam cursando a partir do 7º período e que tinham os mesmos questionamentos sobre o ensino inclusivo. Posteriormente, a partir dos questionários, selecionamos 5 (cinco) entrevistados que estivessem dispostos à uma conversa mais ampla sobre o assunto.

Devido a pandemia originada pelo Covid-19 essa conversa precisou ser feita através de um aplicativo de mensagens (Whatsapp). Essa entrevista aconteceu com um roteiro pré-determinado contendo 5 questões retratando ensino inclusivo, escola acolhedora, bem como, questionando sobre seus relatos e/ou experiências com o estágio curricular supervisionado, esse diálogo tinha como objetivo ter uma conversa focalizada no tema.

Através das entrevistas foi possível enxergar a percepção de outros estudantes sobre a Geografia e a inclusão e trazer à tona os questionamentos que também são feitos por muitos deles. O questionário e as entrevistas tiveram suas contribuições durante a realização dessa pesquisa por tratar de outras perspectivas e pontos de vistas sobre a educação inclusiva, fazendo com que pudéssemos nos aprofundar nessas questões.

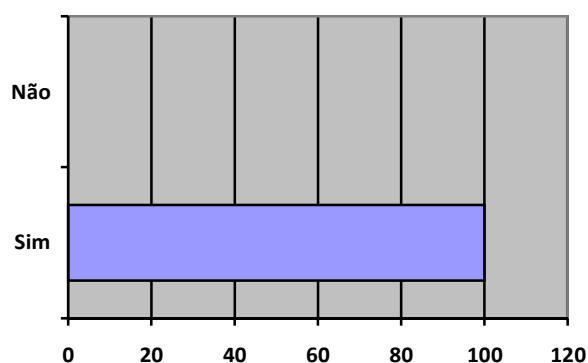
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Na primeira pergunta do questionário aplicado aos estudantes do Campus III (UEPB/CH), questionamos se no ambiente de ensino e aprendizagem os estudantes achavam que deveriam existir práticas pedagógicas que pudessem integralizar e incluir todo(a)s o(a)s alunos(a)s, 100% das pessoas participantes votaram positivamente para a pergunta que havia sido feita. É perceptível que ainda exista alguns professores que se privam de buscar novas metodologias que os façam sair da zona de conforto, mantendo um ensino tipicamente tradicional e muitas vezes monótono, como aponta Souza (2021, p. 22):

Ainda são poucos docentes que estão preocupados de como darão suas aulas de forma atrativa, visto que, na sua grande maioria, as escolas não apresentam um aparato de recursos, a não ser um quadro e giz, gerando uma aula monótona.

Mas, também existem docentes que buscam novas práticas e novas experiências, utilizando recursos didáticos como aliados para conseguir uma aula mais prazerosa para todo(a)s, tornando a escola um ambiente acolhedor, questionamos se a escola pode ser esse tipo de ambiente, que acolhe e que inclui, trazendo consigo uma reflexão para o corpo docente e para a sociedade no contexto geral, para que a escola seja esse tipo de ambiente, é necessário a colaboração de todos que fazem parte dela, para essa indagação, 100% das pessoas responderam que é possível fazer da escola um local de acolhimento, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1: A escola pode ser um ambiente de ensino acolhedor?

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

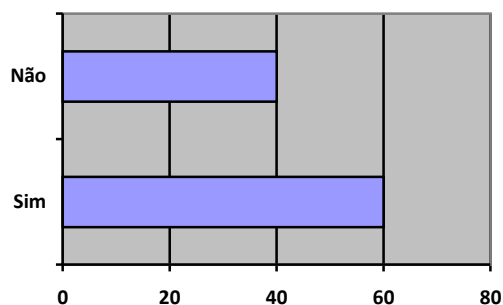
Levando em consideração as realidades atuais, espera-se dos ambientes de ensino acesso ao conhecimento, oferecendo ao aluno, seja ele com necessidades especiais ou não, um ambiente afável e permitindo que o mesmo tenha ótimos rendimentos, pois o local em si estará sendo atrativo. Por este motivo, é importante o preparo dos educadores para que façam uso de estratégias pedagógicas que abranjam todos que ali estão.

Contudo, a escola possui uma importante contribuição no processo de ensino. É um ambiente em que existe, ou pelo menos deve existir, uma troca de saberes. A escola não é um espaço limitador, lá é possível integralizar as diversidades existentes, 86,7% dos estudantes questionados responderam que além de contribuir com o desenvolvimento intelectual, a escola também contribui para a construção de uma identidade pessoal, sendo um local valioso no processo de ensino e de aprendizagem.

Quando se está em um curso de licenciatura se espera que todos os alunos possam sair da universidade com uma perspectiva de preparo para a realidade que os espera, que é a docência. Pensando nisso, perguntamos se os estudantes de licenciatura acreditam que os cursos em que estão fazendo e todos os cursos de licenciatura, levando em consideração o currículo estudantil, preparam seus alunos, futuros professores, para a realidade em sala de aula no que diz respeito a inclusão e 93,3% das pessoas responderam que não, acredita-se que, de certa forma, o ideal seria ter acesso a esse conhecimento desde o início de sua trajetória acadêmica.

Sabendo disso, questionamos se os estudantes já assistiram alguma aula ou outra atividade sobre a educação especial e inclusiva no decorrer do curso. Vejamos o gráfico abaixo:

Gráfico 2: Você já assistiu alguma aula ou outra atividade sobre a educação especial e inclusiva no decorrer do curso?



Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

De acordo com o gráfico acima, 60% dos estudantes do curso de Geografia Campus III (UEPB/CH) que participaram desse questionário afirmaram que já assistiram alguma aula ou tiveram contato com outra atividade sobre a educação especial e inclusiva no decorrer do curso, já 40% das pessoas disseram não ter tido nenhum conhecimento sobre esses assuntos nas aulas até então, das pessoas que afirmaram, questionamos em qual período tiveram esse tipo de aula voltado para a educação inclusiva e chegamos a conclusão que, para a maioria, isso aconteceu na componente curricular de Libras, que é ofertada apenas no último período do curso. Ou seja, os estudantes podem ter acesso ao assunto por meios próprios (pesquisas feitas por eles), ou de forma teórica na universidade apenas em seu último período, após já ter passado a fase de estágios supervisionados. O participante 1 afirma:

Apenas no nono período, em outras palavras, no componente de Libras, porém, de forma muito superficial, ou seja, não tivemos a oportunidade de discutir em outras disciplinas a necessidade de refletir sobre a educação especial em outras amplitudes.

A partir disso, levantamos um questionamento, e se no estágio curricular supervisionado os estudantes de licenciatura se depararem com algum aluno com

necessidade especial? Essa indagação serviu como uma reflexão para que pudéssemos perguntá-los a respeito e no final concluímos que 46,7% dos estudantes tiveram contato com algum aluno com necessidade especial no estágio curricular supervisionado. Acredita-se que as disciplinas que tratam do ensino especial e inclusivo deveriam ser aplicadas para o(a)s aluno(a)s de licenciatura antes dos estágios curriculares supervisionados e 100% dos estudantes participantes neste presente questionário concordaram, pois dessa maneira, mesmo que de forma teórica, os mesmos podem ter alguma familiaridade com o conteúdo, podendo buscar formas didático-pedagógicas que incluam e que possam ser aplicadas não somente em seu estágio curricular supervisionado, mas em sua trajetória acadêmica e profissional.

Todavia, esperamos que haja mudança no sistema escolar brasileiro inclusivo nos próximos anos, a inclusão ainda é vista como um tabu e de forma preconceituosa por alguns, nós enquanto sociedade, temos o papel de desmistificar esse conceito de anormalidade que é colocado em cima daqueles que possuem alguma necessidade especial, perguntamos aos estudantes o que eles esperam para os próximos anos no sistema escolar brasileiro inclusivo, como resposta, 93,3% das pessoas responderam que esperam mudança no currículo estudantil, para que disciplinas inclusivas sejam vistas como obrigatórias para os estudantes de licenciatura, visando prepara-los para uma realidade docente posterior.

Sabemos que a Geografia contribui consideravelmente no que diz respeito a inclusão escolar, servindo como uma ponte para conhecer e refletir os diversos contextos e as muitas realidades existentes em um só espaço, fazendo disso, um caminho para a inclusão e integralização no âmbito escolar. 73,3% dos estudantes acreditam que a Geografia contribui para a inclusão, na sua forma de estudar o espaço, com sua totalidade e diversidade, podendo construir um olhar para o mundo do próximo. O participante 5 afirma que “diversos assuntos da geografia podem ser colocados de forma didática, proporcionando uma percepção de mundo mais sensível.” O participante 6 corrobora com esse pensamento quando diz que “a geografia nos mostra o quanto o mundo é diversificado.” Questionamos se na perspectiva dos estudantes a inclusão pode ser efetivada nas escolas e na sociedade, 100% dos discentes que participaram desse questionário responderam que sim, mas que para isso acontecer é necessário que todos tenhamos

consciência de que a inclusão se dá nela como um todo e não como uma parte específica, separando e/ou dividindo grupos.

Com base nesses dados, podemos notar que a maioria das pessoas que participaram desse questionário possuem as mesmas indagações a respeito do ensino inclusivo e que, além disso, concordam que a geografia é um elo importante para a educação inclusiva.

4.2 ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DE ENTREVISTAS

Após o questionário, visando ampliar nossa pesquisa, foram escolhidos 5 (cinco) pessoas para uma entrevista, sendo três mulheres e dois homens. De modo que todos se sentissem confortáveis para conversar, íamos fazendo uma pergunta e deixando-os livres para responder sua opinião. A entrevista foi feita individualmente com roteiro pré-determinado e cada entrevistado teve o seu espaço de fala. Para começar, perguntamos o que seria o ensino inclusivo e uma escola mais acolhedora ao seu ver. Para o entrevistado 1, o ensino inclusivo é aquele que prioriza o aluno e suas necessidades sem fazer nenhuma distinção, compreendendo que suas necessidades não são problemas e sim algo que possa ser construído, incluído.

A escola é um fator principal para que o ensino inclusivo seja construído, tanto para os docentes quanto para os discentes, dessa forma, uma escola mais acolhedora seria uma escola que priorizasse, com um olhar mais humano, essas pessoas com necessidades e que precisam de maior acesso. (Entrevistado 1, informação verbal).

A escola é um fator principal para que haja a compreensão do que o aluno necessita naquele momento, dessa construção de saber e de ideias. O entrevistado 1 continua:

Sabemos que há muitas escolas que excluem esses alunos e ao meu ver a escola precisa envolver projetos e dinâmicas que possam integralizar todos, tornando assim uma escola mais receptiva e agradável aos estudantes que a compõem. (Entrevistado 1, informação verbal).

De acordo com o entrevistado 5, “a escola poderia se adaptar melhor às necessidades dos alunos visando uma maior integração”. É um processo desafiador para todos que fazem parte dessa busca por inclusão na sociedade, sobretudo nas escolas, devido à falta de mobilização e políticas públicas em promover conscientizações. O entrevistado 2 afirma:

Ao meu ver essa temática precisa ganhar mais espaço nos cursos de licenciatura, são cursos que formam professores, eles que vão precisar lidar com diversas situações e realidades, ou seja, é uma sala de aula com várias realidades diferentes, e muitas vezes na sociedade, esse ensino inclusivo é exposto a debates, mas fica só na teoria, na prática não há inclusão. (Entrevistado 2, informação verbal).

Sabemos que a Geografia enquanto ciência e disciplina escolar pode ser uma aliada para a consciência inclusiva devido o seu estudo do espaço geográfico, sua forma de analisar os indivíduos e as suas relações com o meio que vivem, por este motivo, questionamos aos entrevistados se, em seus respectivos pontos de vista, a Geografia poderia ser contribuinte neste processo. O entrevistado 1 declara:

Vejo a Geografia como um instrumento de utilização para uma leitura de mundo e de realidade em que o aluno vive, para que ele mesmo possa fazer essa autoconstrução e alcance não somente a um indivíduo, mas toda a sala de aula, mostrando que a Geografia envolve o mundo e a realidade dele também. (Entrevistado 1, informação verbal).

Vivemos em um mundo repleto de diversificações, o contexto inclusivo serve para que possamos construir o saber de acordo com o que o aluno vivencia em sua realidade, através da disciplina geográfica pode-se compreender diferentes contextos, fazendo com que possamos nos adaptar a várias realidades, por este motivo, a Geografia pode ser uma disciplina que alcance várias perspectivas unindo-as com didáticas diferenciadas que possam incluir todos os alunos, sejam eles com necessidades especiais ou não. Por este motivo, a Geografia também é um instrumento que pode ser utilizado em sala de aula para a inclusão, pois traz à tona a realidade do aluno, utilizando como estratégia a leitura de mundo de cada ser.

A terceira pauta de nossa entrevista foi a de saber se durante a vivência do Estágio Curricular Supervisionado, os entrevistados haviam se deparado com algum contexto que envolvesse uma educação inclusiva, se sim, como tinha sido essa experiência. O entrevistado 4 explicou que durante o seu estágio, algumas crianças possuíam necessidades especiais, como por exemplo, déficit de atenção e hiperatividade e infelizmente não havia pessoas especializadas e/ou capacitadas para acompanhá-las. O entrevistado 2 declara:

No estágio supervisionado tive contato com um aluno com necessidade especial e foi muito difícil, pois, eu não havia tido nenhum contato com o assunto antes, eu só vim perceber isso quase no final do meu estágio e na verdade eu não consegui lidar com esse aluno, primeiro por que não tive nenhum tipo de experiência antes e nunca estive naquela situação, ele precisava de acompanhamento, da família, da escola, do professor e eu não pude ajudá-lo por minha inexperiência, é necessário ter uma relação, professor-comunidade, escola-comunidade, para que a escola também tenha capacidade de intervir em situações como essa. (Entrevistado 2, informação verbal).

O entrevistado 3 afirmou que em seu estágio curricular supervisionado necessitou de orientação sobre como lidar com um aluno que precisava de atendimento especial e por não ter sido preparado anteriormente sobre a dificuldade que poderia encontrar na sala de aula, o seu estágio foi muito difícil. Alves (2014, p. 20) reitera:

É importante a busca por novas propostas e formas de tornar a inclusão mais viável dentro das instituições escolares, sem que alardes ou grandes modificações curriculares ou didáticas sejam feitas. A naturalidade da aceitação e da adaptação com a vivência se torna mais valorizada e prazerosa.

Essas indagações nos remetem à uma reflexão sobre o que esperar para os próximos anos, qual seria a expectativa levando em consideração que o índice de alunos com necessidades especiais só cresce e que a maioria das escolas não possui estrutura ou professores especializados que possam atender a essa demanda. O entrevistado 1 declara:

Que possam surgir algumas políticas públicas para que todos os docentes tenham a sensibilidade de um olhar direcionado para a inclusão nas escolas, acredito que alguns professores deixam de incluir alguns alunos em suas salas de aula devido que não tiveram

suporte em sua trajetória acadêmica que lhe servisse como uma ponte ou um elo para sua vida profissional após a universidade, espero que vá surgindo oportunidades, cursos e palestras, algo que viabilize essa formação continuada para o professor. Os alunos com necessidades crescem cada vez mais nas salas de aulas e sempre notamos que não só os professores, mas toda a escola, por muitas vezes não sabe como lidar com isso por falta de conhecimento e familiaridade com o assunto. (Entrevistado 1, informação verbal).

O entrevistado 3 espera que:

Haja representação e também investimentos para que todos os que compõem a escola possam se especializar nessa área e dessa forma estejam aptos a atenderem essas demandas, mas que para isso acontecer também se faz necessário infraestrutura de qualidade nas escolas. (Entrevistado 3, informação verbal).

Para os estudantes de cursos de licenciatura procurar entender a diversificação presente na sociedade e nas escolas, assim como, a busca pelo entendimento do contexto inclusivo no início e durante sua trajetória acadêmica é de suma importância para sua formação enquanto futuro docente, levando em consideração abordagens e temáticas que possam abranger a todos. Perguntamos aos alunos do curso de licenciatura em Geografia (UEPB/CH) se havia sido abordado a discussão de forma necessária para o ensino inclusivo durante o período em que os mesmos estiveram no campus. De acordo com o entrevistado 4:

Nós entendemos que durante nossa vida profissional vamos nos deparar com diversas situações em que vamos precisar ter experiência para saber lidar, a educação inclusiva durante o curso foi abordada de forma superficial, acredito que deveriam existir disciplinas voltadas para essa temática de educação especial. (Entrevistado 4, informação verbal).

O entrevistado 2 afirma não ter presenciado muitas discussões voltadas para esse assunto e que trouxessem à tona essa temática em quase cinco anos que esteve cursando licenciatura e continua:

É preciso que essas pessoas tenham acesso à uma educação mais democrática. Eu vejo muita falta de capacitação sobre esse tema, a falta de formação continuada voltada pra essa perspectiva, materiais didáticos e políticas públicas. Essa abordagem poderia ser discutida de maneira melhor dentro do campus, estimular os alunos para

pensar em práticas voltadas para esse grupo que de muitas formas são excluídos. Posso citar oficinas para a criação de materiais, promoção de palestras que visem essa formação inicial do professor e a construção de consciência dessa necessidade de buscar uma educação inclusiva de qualidade. (Entrevistado 2, informação verbal).

Dessa forma para que possamos estabelecer igualdade, se faz necessário pensar em políticas públicas que viabilizem novas propostas didático-pedagógicas para alcançar e abranger dentro da sala de aula a educação especial e inclusiva de qualidade para todos, é uma construção que deve ser feita inicialmente nos cursos de licenciatura. “É notável a existência de uma crise no ensino da geografia e suas finalidades no processo de ensino, crise essa que visa sempre o aprimoramento das concepções teórico-metodológicas.” (ALVES, 2014, p. 29). Ainda segundo o autor:

A educação apresenta-se como o primeiro estágio para a inclusão, é por isso que devemos buscar e requerer as melhorias dentro das instituições. Devemos exigir professores capacitados ligados as inovações metodológicas e recursais. [...] É importante a partir do pouco avanço nas estruturas de ensino especializado que se observe e trabalhe na perspectiva de evolução no processo de ensino e aprendizagem das disciplinas em caráter individual. Com aplicar os conceitos geográficos, matemáticos, literários etc. (ALVES, 2014, p. 29):

Portanto, a partir de um bom projeto pedagógico e da adaptação do currículo estudantil podemos alçar voos mais altos, trazendo para nosso cotidiano o reconhecimento e a igualdade necessária para priorização dos grupos minoritários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos que estudantes do curso de licenciatura só tinham acesso à disciplina que trata da educação especial e inclusiva apenas no final do curso, refletimos sobre a necessidade de expandir nossos conhecimentos sobre essa temática ao ponto de construir uma pesquisa que possa trazer à tona essa reflexão também para outras pessoas, estudantes, professores e órgãos públicos.

Por este motivo, concluímos que, após os dados obtidos com a aplicação de questionários e após o período de entrevistas, o objetivo principal dessa pesquisa foi alcançado. Ao analisar a importância do ensino de Geografia na perspectiva da inclusão escolar, percebemos que a Geografia abrange e acolhe de forma surpreendente todos àqueles que se interessam em buscar entendimento e novas metodologias para serem trabalhadas em salas de aula.

Através do ensino de Geografia temos um elo entre a didática e a metodologia que pode ser, de forma variada, aplicada nas aulas, tornando-as mais dinâmicas e atrativas para os alunos. O ensino de Geografia pode ser mediador e facilitador na compreensão de diversos assuntos não só no campo geográfico, mas na perspectiva de mundo, na construção do ser e do senso crítico. Contudo, notamos que há falhas e faltas no currículo estudantil que precisam ser vistas com um olhar sensível e voltado para a inclusão, para que dessa forma, possamos obter melhores resultados.

Preparar alunos de cursos de licenciatura para uma realidade docente posterior, permite que os mesmos estejam aptos e se sintam seguros ao se deparar com alunos que possuem necessidades especiais, lembrando que a inclusão propõe e enfatiza a necessidade de inserção de grupos minoritários em atividades propostas, ou seja, é também preciso pensar em atividades que possam incluir a todos sem fazer distinção.

Portanto, estudantes de cursos de licenciatura não só na Geografia e no Campus III, mas em todos os cursos e universidades que preparam, ou pelo menos deveriam preparar futuros professores, podem estar trabalhando de forma efetiva e desde o início da licenciatura, em suas aulas e componentes curriculares esse contexto inclusivo, trazendo à tona questionamentos, exemplos e debates sobre o assunto, tratando e analisando formas didáticas e pedagógicas que podem ser levadas não somente para suas respectivas salas de aula, enquanto futuros professores, mas levadas também como experiência para as suas vidas

enquanto seres humanos. Não apenas no final da trajetória acadêmica, esse assunto pode ser trabalhado no início, antes dos estágios curriculares supervisionados, para que assim, os alunos e futuros professores possam saber como lidar e como incluir estudantes que muitas vezes já são excluídos pela própria sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. P. **O uso da tecnologia digital na inclusão de alunos com deficiência no ambiente escolar**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Tecnologias para Educação Profissional). Instituto Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1879>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ALMEIDA, C. C. T.; MARTINS, E. R.; SILVA, J. L. B. A ciência geográfica e o ensino de geografia dos anos 1980 aos dias de hoje: uma avaliação. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 9, n. 18, p. 05-19, jul./dez., 2019.

ALMEIDA, D. C. S. **Educação especial ou educação inclusiva: algumas considerações**. Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Geografia (IG), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia – MG, 2009.

ALVES, D. A. **A geografia escolar e a educação inclusiva na escola estadual Dom José Coelho, município de Cajazeiras - PB**. Monografia. Universidade Federal de Campina Grande. Curso de Licenciatura em Geografia. Campina Grande, 2014.

BRASIL. **Censo da Educação Básica: resumo técnico**. Brasília, MEC/INEP, 2012.

_____. **Censo da Educação Básica: resumo técnico**. Brasília, MEC/INEP, 2013.

_____. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <L13146 (planalto.gov.br)>. Acesso em: 21 mai. 2022.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação**. Ministério da Educação, Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes**

Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, MEC – 2008.

_____. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Comitê de Ajudas Técnicas.** Tecnologia Assistiva - Brasília: CORDE, 2009. 138 p.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Caderno Cedes**, Campinas, v.25, n. 66, p.227-247, mai./ago. 2005.

_____. O conhecimento geográfico e a formação do Professor de geografia. **Revista Geográfica de América Central.** Universidad Nacional Heredia. Costa Rica, 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GUIJARRO, R. M. B. Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais. In. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas.** Brasília: SEESP/MEC, p.07-14, 2005.

MACHADO, R. A. F.; BONFIN, L. M. G. A. **Práticas pedagógicas diante da inclusão escolar.** 2022. Disponível em: <<https://repositorio.uninter.com/handle/1/877?show=full>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MANTOAN, M. T. E. **A educação especial no brasil: da Exclusão à inclusão escolar.** Universidade Estadual de Campinas. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED. São Paulo, 2011.

MASCARO, C. A. A. C. Políticas e práticas de inclusão escolar: um diálogo necessário. **Rev. Fac. Educ.** (Univ. do Estado de Mato Grosso), vol. 19, ano 11, n.1, p. 33-55, jan./jun. 2013

MENDES, J. C. **Geografia e educação inclusiva: (re)pensar o fazer pedagógico na sala de aula.** VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória – ES, ag. 2014.

MORAES, A. P.; OLIVEIRA, G. F. Educação Especial: Perspectivas e Práticas pedagógicas no contexto Escolar. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, vol.10, n.33, p.141-152. jan. 2017.

NASCIMENTO, F. S. K. B. **Ajude-nos a compreender o espaço geográfico - manual pedagógico com orientações ao professor de aluno com autismo.** Dissertação. Mestrado profissional em Geografia. Universidade Federal do Rio

Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Caicó, Rio Grande do Norte, 2020.

NASCIMENTO, L. S. et al. Construindo conhecimentos geográficos no Instituto dos Cegos. In. LIRA, S. M. (org). **A educação geográfica a serviço da inclusão: trabalhando o espaço com estudantes videntes e cegos.** EDUFPG. Campina Grande, 2018.

NEVES, F. O. **O “lugar” da pesquisa qualitativa na Geografia:** elementos para discussão. V Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos. Foz do Iguaçu. mai./jun. 2018.

OLIVEIRA, M. C.; BARBOSA, J. V. B. **Metodologias de pesquisa adotadas nos estudos sobre balanced scorecard.** XIII Congresso Brasileiro de Custos. Belo Horizonte - MG, Brasil, out./nov. 2006.

RAMOS, A. C.; MARTINS, R. E. M. W. O ensino de Geografia na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 120-130, mai./ago. 2017.

SAMPAIO, V. S.; SAMPAIO, A. V. O.; ALMEIDA, E. S. O ensino de Geografia na perspectiva da Educação Inclusiva. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 4, n.3, p.210-226, 2020.

SANTIAGO, I.; ALVES, G. B. **Ensino da Geografia na perspectiva da inclusão escolar:** escassez de pesquisas e Demandas em profusão. 14º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias Universidade Estadual de Campinas, 2019.

SILVA, A. L. B. Geografia e educação inclusiva: breves reflexões sobre o ensino de pessoas com deficiência visual. **Rev. Elet. Educação Geográfica em Foco.** Ano 4, Nº.8, outubro de 2020.

SOUZA, R. A. **Formação docente em Geografia:** relações de complementaridade junto a programas institucionais. Trabalho de conclusão de curso. Graduação em Geografia. Universidade Estadual da Paraíba. Guarabira, 2021.

TEIXEIRA, T. N.; OLIVEIRA, T. S. **Educação inclusiva e o ensino da Geografia para alunos surdos no ensino fundamental II:** desafios e possibilidades nas escolas municipais da cidade de Jacobina-BA. Monografia. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Jacobina, 2017.

APÊNDICE A - PERGUNTAS PARA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

1) No ambiente de ensino e aprendizagem você acha que devem existir práticas pedagógicas que integralizem e incluam todo(a)s o(a)s aluno(a)s?

- SIM
- NÃO

2) Para você, a escola pode ser um ambiente acolhedor?

- SIM
- NÃO

Se respondeu sim, justifique o porquê.

3) Você acredita que os cursos de licenciatura preparam os alunos para a realidade em sala de aula no que diz respeito a inclusão?

- SIM
- NÃO

4) Você já assistiu alguma aula ou outra atividade sobre a educação especial e inclusiva no decorrer do curso?

- SIM
- NÃO

Se respondeu sim, em qual momento ou componente curricular?

5) No estágio curricular supervisionado você se deparou com algum aluno com necessidade especial?

- SIM
- NÃO

6) Você acredita que as disciplinas que tratam do ensino especial e inclusivo deveriam ser aplicadas para o(a)s aluno(a)s de licenciatura antes dos estágios curriculares supervisionados?

- SIM, dessa forma ajuda os alunos a se prepararem e se familiarizarem com este assunto antes de ter um contato com a rede regular de ensino.
- NÃO, não acredito.

7) O que você espera do sistema escolar brasileiro inclusivo para os próximos anos?

- Que tenha mudança no currículo e que disciplinas inclusivas sejam vistas como obrigatórias para estudantes de licenciatura, visando prepará-los para a realidade.
- Não espero mudança.

8) Qual a contribuição da escola no processo de ensino?

- Além de contribuir com o desenvolvimento intelectual, a escola também contribui para a construção de uma identidade pessoal.
- Acredito que a escola só contribui no desenvolvimento intelectual dos indivíduos.

9) Para você, a geografia possui alguma contribuição no que diz respeito a inclusão escolar?

- SIM
- NÃO

Se respondeu sim, qual a contribuição?

10) Ao seu ver a inclusão pode ser efetivada nas escolas e na sociedade?

- SIM, para isso é necessário que todos nós tenhamos consciência que a inclusão se dá nela como um todo, não apenas de uma parte específica.
- Não, eu não acredito nessa efetivação da inclusão.

APÊNDICE B - ROTEIRO PREDEFINIDO PARA ENTREVISTAS

- Primeiro, gostaria que fosse definido por você, o que seria um ensino inclusivo e uma escola mais acolhedora?
- Para você, como a Geografia enquanto ciência e disciplina escolar pode contribuir para o processo de uma educação inclusiva?
- Durante a vivência do Estágio Supervisionado, você se deparou com algum contexto que envolvesse uma educação inclusiva? Em caso afirmativo, qual foi a experiência e como você se sentiu?
- Qual sua expectativa para os próximos anos, sabendo que o índice de alunos com necessidades especiais só cresce e que a maioria das escolas não possui estrutura ou professores especializados para atender a essa demanda?
- Você acredita que o curso de licenciatura em Geografia (UEPB/CH) aborda a discussão necessária para o ensino inclusivo? Em caso de resposta negativa, quais abordagens e temáticas seriam importantes nesse processo?